CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CEE-nº 1139/66

P A R E C E R Nº 2214 / 73

Aprovado por Deliberação

Em 31 / 10 /1973

INTERESSADO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ASSUNTO : Dispõe sobre o Regimento dos Estabelecimentos Estaduais do Ensino Secundário e Normal.

CÂMARA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU

RELATOR: Conselheiro José Augusto Dias

HISTÓRICO: A Secretaria da Educação submete à consideração deste Conselho proposta de modificação dos artigos 78 e 83 das Normas Regimentais dos estabelecimentos de ensino oficiais, aprovadas pelo Decreto nº 47.404, de 19 de dezembro de 1966.

As modificações atingem a forma de realização do exame final e do exame de 2ª época.

A medida é justificada nos seguintes termos:

"Dentro da perspectiva da Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, o exame final se reduziu a um instrumento a mais na avaliação do rendimento escolar, não se justificando que se lhe confira um tratamento especial, diverso daquele que é dado aos trabalhos bimestrais. Daí porque se torna perfeitamente possível concentrar o período de realização desses exames, permitindo-se que se façam até duas provas por dia."

"Por outro lado, nada impede também que a realização desses exames tenha lugar, no todo ou em parte, dentro do período de avaliação final, previsto pelo Calendário Escolar. Ficará assim a cargo da escola, tal seja o volume dos exames a serem prestados - decidi o que melhor convenha aos interesses do ensino, se a realização simultânea ou sucessiva dos exames e das atividades de avaliação final".

Os artigos 78 e 83 das Normas Regimentais passariam a ter a seguinte redação (grifamos as partes alteradas):

"Art. 78 - O exame final a que se refere a letra "b" do artigo 74 destas Normas Regimentais será realizado imediatamente após o integral cumprimento do período letivo fixado pelo Calendário Escolar, podendo sê-lo dentro do próprio período de avaliação final aí previsto.

§ 1º - Poderão ser realizadas até duas provas finais por dia, para cada classe, com o intervalo mínimo de uma hora entre uma e outra provas.

§ 2º - O horário dos exames, bem como a relação da matéria, serão dados a conhecer aos alunos com antecedência mínima de 72 horas do início das provas.

§ 3º - A duração das provas será de, no mínimo, noventa minutos e no máximo de cento e vinte, contados da apresentação das questões aos examinandos.

§ 4º - O exame final versará sobre a matéria lecionada durante o ano letivo, ficando asseguradas aos professores, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, observadas as diretrizes metodológicas.

§ 5º - Terminados os exames finais, a direção do estabelecimento marcará prazo para a vista das provas, que será dada em caráter obrigatório, com a presença do professor, do aluno o do seu responsável,

Art. 83 - Conceder-se-á o direito à prestação de exames de segunda época, a realizar-se em fevereiro, na semana que antecede o período de planejamento de currículo e de ensino, ao aluno que não tenha obtido nota final igual ou superior a 5 (cinco), em até três (3) disciplinas.

§ único - Aplicam-se aos exames de segunda época as disposições dos parágrafos 1º a 5º do artigo 78 destas Normas Regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO: A atualização das Normas Regimentais dos estabelecimentos do ensino oficiais e uma providencia indispensável, diante das profundas alterações introduzidas pela Lei n° 5692/71, e normas baixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação.

Assim sendo, a presente proposta de modificações parece-nos excessivamente tímida e incompleta. O próprio exame final, objeto de atenção da proposta, não nos parece ter recebido uma reformulação suficientemente ampla, face as disposições legais que chegam a tornar dispensável tal exame.

Entendemos que a Secretaria da Educação deve ser estimulada no sentido de fazer uma completa revisão das Normas Regimentais aprovadas pelo Decreto n° 47404, de 19 de dezembro de 1966, para colocá-las em consonância com a atual legislação do ensino.

Dito isto, nada temos a opor às modificações propostas. Estas, se introduzidas, poderão vigorar até uma reformulação mais ampla das Normas Regimentais.

CONCLUSÃO: Nosso voto é favorável à modificação dos artigos 78 e 83 das Normas Regimentais dos estabelecimentos de ensino oficiais, aprovadas pelo Decreto n° 47404, de 19 de dezembro de 1966, conforme proposta submetida a este Conselho pela Secretaria da Educação, até que se proceda a reforma mais ampla e adequada das Normas Regimentais, nos termos do Art. 26 do Regimento do Conselho Estadual de Educação o presente Voto, submetido a sua consideração, foi aprovado pela Câmara do Ensino do Primeiro Grau.

São Paulo, 10 de outubro de 1973

a) Conselheiro José Augusto Dias- Relator

A CÂMARA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Antonio Delorenzo Neto, Arnaldo Laurindo, Erasmo de Freitas Nuzzi, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil,

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1973.

a) Conselheiro Antonio Delorenzo Neto - Presidente

Aprovado por unanimidade na 519ª Sessão Plenária, hoje realizada.

Votaram com restrições os seguintes Conselheiros: Arnaldo Laurindo, João Baptista Salles da Silva, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Maria da Imaculada Leme Monteiro.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de outubro de 1973

a) José Borges dos Santos Júnior
Presidente